

RELATÓRIOS E CONTAS

2017



ANEXO

Nota: As notas do Anexo são apresentadas de forma sistemática, não sendo incluídas as notas consideradas como não aplicáveis.

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade:

Lactário Dr. Proença
Rua Nuno Álvares nº 2
6300-685 Guarda
NIF: 501 476 261

1.2 – Natureza da actividade

A Fundação Lactário Dr. Proença é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, registada na Direcção Geral da Segurança Social, no livro 2 das Fundações de Solidariedade Social, tem sede na cidade da Guarda e foi criada em 1928 por Nuno de Montemor, escritor e filantropo.

A Fundação tem por fim contribuir para a promoção e bem-estar da população do concelho da Guarda, mediante a prestação de serviços de apoio social, nomeadamente o apoio a crianças através da criação e funcionamento das valências de Creche e Pré-escolar.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo – NCRF-ESNL, de acordo com o Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogados e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade:

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.



2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As demonstrações financeiras são comparáveis, em todos os aspectos, com as do período anterior.

3 – Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da entidade são as que se seguem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados.

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo;
- Consistência;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação;
- Informação comparável.

3.2 – Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto da NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

3.2.1 – Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos directamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.2 – Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um activo financeiro é qualquer activo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os activos e os passivos financeiros são mesurados:

- a) Ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade;
- b) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração de resultados.



3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

As perspectivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo, qualquer alteração legislativa ou relacionada com a actividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos actuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo período de relato.

3.4 – Principais fontes de incertezas das estimativas:

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento actual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

4.1 – Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:

a) A natureza da alteração na política contabilística:

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

b) A natureza do erro material do período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos:

Não foram encontrados quaisquer erros do período anterior.

5 – Activos fixos tangíveis

5.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos directamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

*Isabel
Rodrigues
António*

b) Os métodos de depreciação usados

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha recta.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

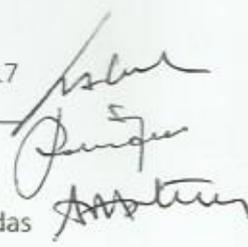
c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

Os activos fixos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Activos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 a 5 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8 anos

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

Descrição	Início do período		Fim do período	
	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada bruta	Depreciações acumuladas
Outros activos fixos tangíveis				
- Edifícios e outras construções	359 514,39	300 473,49	359 514,39	314 939,94
- Equipamento básico	54 970,07	51 681,37	71 389,50	57 269,86
- Equipamento transporte	19 702,52	19 702,52	19 702,52	19 702,52
- Equipamento administrativo	29 874,96	29 874,96	29 874,96	29 874,96
- Outros activos fixos tangíveis	9 896,37	7 566,07	9 896,37	8 684,69
TOTAL	473 958,31	409 298,41	490 377,74	430 471,97



3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

As perspectivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo, qualquer alteração legislativa ou relacionada com a actividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos actuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo período de relato.

3.4 – Principais fontes de incertezas das estimativas:

As estimativas com impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento actual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

4.1 – Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:

a) A natureza da alteração na política contabilística:

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

b) A natureza do erro material do período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos:

Não foram encontrados quaisquer erros do período anterior.

5 – Activos fixos tangíveis

5.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos directamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

- c) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. transporte	Equip. Adm.	Outros Activos fixos tangíveis	Total
Activo Bruto						
Saldo em 31 Dezembro 2016	359 514,39	54 970,07	19 702,52	29 874,96	9 896,37	473 958,31
Aquisições	0,00	16 419,43	0,00	0,00	0,00	16 419,43
Reavaliações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 Dezembro 2017	359 514,39	71 389,50	19 702,52	29 874,96	9 896,37	490 377,74
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas						
Saldo em 31 Dezembro 2016	300 473,49	51 681,37	19 702,52	29 874,96	7 566,07	409 298,41
Depreciações do período	14 466,45	5 588,49	0,00	0,00	1 118,62	21 173,56
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 Dezembro 2017	314 939,94	57 269,86	19 702,52	29 874,96	8 684,69	430 471,97

6 – Inventários

6.1 – Indicação do sistema de inventário adoptado e formas de custeio

As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

A Instituição utiliza o sistema de inventário intermitente.

Demonstração do gasto das Matérias consumidas.

Movimentos	Mercadorias	Matérias- Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	0,00	435,51
Compras	0,00	12 757,61
Autoconsumos	0,00	0,00
Regularização de Existências	0,00	(50,46)
Existências Finais	0,00	327,50
Gasto do Exercício	0,00	12 815,16

CMVMC = E. Inicial + compras +/- Regularizações – E. Final

$$= 435,51 + 12 757,61 - 50,46 - 327,50$$

$$= 12 815,16$$

7 – Subsídios do Governo e apoios do Governo:

7.1 – Devem ser divulgados os assuntos seguintes:

a) A política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras:

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar déficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como “Subsídios à exploração” na demonstração de resultados.

b) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha directamente beneficiado:

Entidade	2017	2016
Instituto de Segurança Social	237 136,41	231 213,60
Autarquias	1 810,00	322,00
IEFP	3 070,99	0,00

c) Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos foram pessoas colectivas.

8 – Instrumentos financeiros

8.1 – Uma entidade deve divulgar as bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras:

A entidade reconhece um activo financeiro ou um passivo financeiro quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

9 – Benefícios dos empregados:

9.1 – As entidades devem divulgar o número médio de empregados durante o ano:

O número médio de empregados no exercício de 2017 foi de dezanove.

9.2 – Número de membros dos órgãos directivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.

O Conselho de Administração é composto por três elementos: Presidente, Secretário e Tesoureiro, em regime de voluntariado.

10 – Outras Informações

Dividas ao Estado e à Segurança Social

Informa-se que a Entidade à data de encerramento das contas do período de 2017 tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tal como relativamente à Administração Tributária, não existindo, por isso, qualquer dívida em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Clientes e utentes

Para o período de 2017 a rubrica “Créditos a receber” encontrava-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017
Clientes e Utentes C/c	
Clientes	0,00
Utentes	130,00
Total	130,00

Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017
Imposto sobre o rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	0,00
Imposto sobre o rendimento de Pessoas Singulares (IRS)	4 963,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)- Reembolsos	8 133,39
Segurança Social	8 715,44

Outras contas a Receber e Pagar

Para o período de 2017 a rubrica “Outras Contas a Receber e a Pagar” encontrava-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017
Fornecedores de Investimento	23 555,05
Remunerações a Liquidar	42 990,45
Outras despesas diferidas	2 314,92
Total	68 860,42

Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017
Gastos a reconhecer	948,45
Rendimentos a reconhecer	0,00
Total	948,45

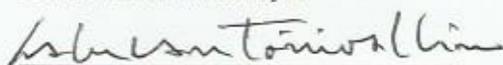
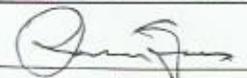
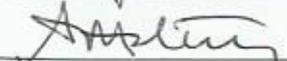
Fornecimentos e Serviços Externos

Para o período de 2017 a rubrica "FSE" encontrava-se desagregada da seguinte forma:

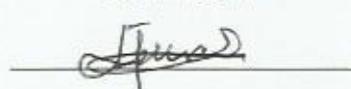
Descrição	2017
Serviços Especializados	12 999,53
Trabalhos Especializados	7 207,19
Honorários	3 907,65
Conservação e Reparação	1 884,69
Materiais	1 742,30
Ferramentas e Utens. Desgaste rápido	61,17
Artigos para oferta	72,00
Material Didático	1 609,13
Energia e Fluidos	10 680,10
Eletricidade	4 121,95
Água	1 226,36
Combustíveis	90,00
Outros Fluidos	5 241,79
Deslocações, estadas e transportes	198,00
Deslocações e estadas	198,00
Serviços Diversos	7 010,73
Rendas e alugueres	531,11
Comunicação	1 141,61
Seguros	1 159,94
Limpeza, higiene e conforto	2 378,39
Outros serviços	1 799,68
Total	32 630,66

Guarda, 28 de Março de 2018

Conselho Administração

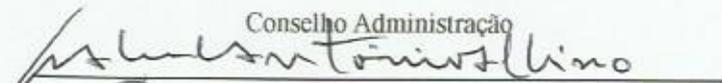
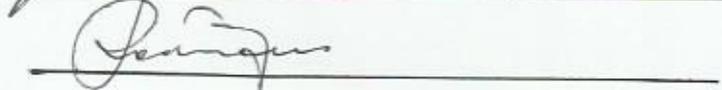
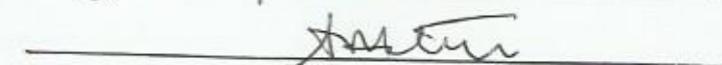
CC nº 45344

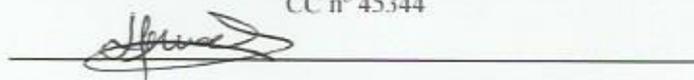


RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		123 266,31	64 659,90
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		123 266,31	64 659,90
Activo corrente			
Inventários		327,50	435,51
Créditos a receber		130,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		948,45	0,00
Caixa e depósitos bancários		147 348,32	207 939,20
		148 754,27	208 374,71
Total do ativo		272 020,58	273 034,61
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		65 353,63	65 353,63
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		158 094,31	192 140,64
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		223 447,94	257 494,27
Resultado líquido do período		-45 130,06	-34 046,33
Total dos fundos patrimoniais		178 317,88	223 447,94
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		812,26	3 015,20
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
		812,26	3 015,20
Total do passivo		812,26	3 015,20
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		179 130,14	226 463,14

Conselho Administração

CC nº 45344



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		78.664,50	75.425,00
Subsídios, doações e legados à exploração		242.017,40	231.535,60
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		12.815,16	12.310,99
Fornecimentos e serviços externos		32.616,43	34.274,09
Gastos com o pessoal		302.097,09	282.584,52
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		3.872,50	6.160,16
Outros gastos		831,20	130,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-23.805,48	-16.179,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		21.173,56	17.800,86
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-44.979,04	-33.980,05
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	12,12
Juros e gastos similares suportados		151,02	78,40
Resultados antes de impostos		-45.130,06	-34.046,33
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-45.130,06	-34.046,33

Conselho Administração

CC nº 45344

António V. Lima
Pedro
António

[Assinatura]